



## Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10  
Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação o Relatório da Administração da Companhia, composto do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como as Demonstrações de Resultado. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permanecemos à disposição para esclarecimentos.

Ativo	Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais			Passivo e patrimônio líquido	Em milhares de reais		
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	322.848	285.509	Fornecedores	18	494.178	334.479
Contas a receber	11	856.370	700.143	Cessão de crédito	19	397.714	439.980
Estoques	12	1.202.991	1.128.411	Empréstimos e financiamentos	20	-	10
Tributos a recuperar	13	70.468	69.957	Salários a pagar	22	124.156	130.489
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	-	1.327	Tributos a recolher	22	84.781	52.027
Outros ativos	14	34.119	40.343	Títulos a pagar		2.250	-
		2.486.796	2.225.690	Impostos de renda e contribuição social a pagar		-	1.869
Não circulante				Outros passivos	23	120.624	125.418
Realizável a longo prazo						1.223.703	1.084.272
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.a	381.948	302.199	Não circulante			
Tributos a recuperar	13	58.540	35.299	Tributos a recolher	22	1.185	1.523
Outros ativos	14	6.346	4.441	Títulos a pagar		7.500	-
		446.834	341.939	Provisões para contingências	24	11.163	8.464
Investimentos	15	10.392	369	Outros passivos	23	25.223	28.481
Imobilizado	16	3.209.023	2.895.131			45.071	38.468
Intangível	17	1.231.870	1.110.429	Total do passivo		1.268.774	1.122.740
		4.451.285	4.005.929	Patrimônio líquido		6.116.141	5.450.818
		4.898.119	4.347.868	Capital social	25.a	4.559.102	4.494.701
				Reserva de capital	25.b	187.035	28.680
				Ajustes de avaliação patrimonial	25.e	28.838	28.849
				Reservas de lucros	25.d	1.341.166	898.588
						6.116.141	5.450.818
Total do ativo		7.384.915	6.573.558	Total do passivo e patrimônio líquido		7.384.915	6.573.558

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais	Reserva de capital							Reservas de lucros			Total
	Nota	Capital de capital	Adiantamento para futuro	Opções de compra de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de sub-venção legal	Reserva governamental	Reserva de retenção de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>4.300.088</b>	-	-	21.855	28.185	39.830	227.231	95.426	-	<b>4.712.615</b>	
Integralização do capital	194.613	-	-	-	-	-	-	-	-	194.613	
Exercício de opção de compra de ações	25.b	-	-	6.825	-	-	-	-	-	6.825	
Lucro líquido do exercício	25.e	-	-	-	-	-	-	-	504.292	504.292	
Constituição de reserva legal	25.e	-	-	-	-	25.215	-	-	(25.215)	-	
Constituição da reserva de incentivos fiscais	25.e	-	-	-	-	-	606.312	-	(479.077)	127.235	
Reversão de reserva para orçamentação de capital	25.e	-	-	-	-	-	-	(95.426)	-	(95.426)	
<b>Outros resultados abrangentes</b>											
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos					664					664	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.494.701</b>	-	-	28.680	28.849	65.045	833.543	-	-	<b>5.450.818</b>	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>4.494.701</b>	-	-	28.680	28.849	65.045	833.543	-	-	<b>5.450.818</b>	
Integralização do capital	25.a	64.401	-	-	-	-	-	-	-	64.401	
Capital a integralizar		-	155.700	-	-	-	-	-	-	155.700	
Exercício de opção de compra de ações	25.b	-	-	2.655	-	-	-	-	-	2.655	
Lucro líquido do exercício	25.e	-	-	-	-	-	-	-	442.578	442.578	
Constituição de reserva legal	25.e	-	-	-	-	22.129	-	-	(22.129)	-	
Constituição da reserva de incentivos fiscais	25.e	-	-	-	-	-	420.449	-	(420.449)	-	
<b>Outros resultados abrangentes</b>											
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos					(11)					(11)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.559.102</b>	<b>155.700</b>	<b>31.335</b>	<b>28.838</b>	<b>87.174</b>	<b>1.253.992</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.116.141</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais:** A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), com sede localizada em Anápolis-GO, é uma Companhia brasileira de capital fechado, controlada pela Hypera S.A. A Companhia atua no segmento farmacêutico e é detentora do registro de diversas marcas tradicionais, dentre elas Doralgina, Histamin, Neosoro e Torsilax, dentre outras, componentes do portfólio da marca de medicamentos similares e genéricos Neo Química. O principal parque fabril da Companhia está localizado em Anápolis-GO, e os produtos ali fabricados - incluindo sólidos, líquidos, semissólidos, injetáveis e efervescentes - são substancialmente vendidos para a controladora Hypera S.A. A Companhia também possui unidade dedicada à fabricação de embalagens de produtos farmacêuticos, localizada em Goiânia-GO. Em 2022, a Companhia iniciou a construção de uma nova unidade em Jundiá-SP, que contará com instalações dedicadas à fabricação de medicamentos voltados para o segmento hospitalar, incluindo oncológicos, biológicos e especialidades, além de pesquisa e desenvolvimento. Em julho de 2023, a Companhia passou a operar uma nova fábrica localizada em Itapetereira da Serra - SP. Em Barueri - SP, a Companhia mantém centro de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos do Brasil, com capacidade para mais de 150 projetos simultâneos para lançamento de novos medicamentos, dermatocósméticos, nutricionais e suplementos vitamínicos. **2. Resumo das principais políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Brainfarma não prepara demonstrações financeiras consolidadas, dado que a Companhia atende às exceções previstas no Item 4 do CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, principalmente devido ao fato de que suas informações são apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras da Hypera S.A., sua controladora direta. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de abril de 2026. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **b. Operações descontinuadas:** As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados e/ou descontinuados, e que atingem os critérios para apresentação como operações descontinuadas, são divulgadas nas demonstrações financeiras, separadamente das operações da Companhia: i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no exercício corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em exercício anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial. **c. Novas Normas e Interpretações: Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **Alterações ao IAS CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o CPC 02 (R2) - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que

Demonstrações de resultados	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	Nota	2025	2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
<b>Operações continuadas</b>			
Receita líquida	26	3.259.909	3.141.421
Custo das vendas	27.a	(2.559.008)	(2.606.347)
<b>Lucro bruto</b>		<b>700.901</b>	<b>535.074</b>
Despesas com vendas e marketing	27.a	(178.954)	(171.111)
Despesas administrativas e gerais	27.a	(103.047)	(95.980)
Outras receitas operacionais, líquidos	27.b	107.248	314.189
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>526.148</b>	<b>582.172</b>
Receitas financeiras	27.c	58.857	20.981
Despesas financeiras	27.d	(9.849)	(37.481)
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>		<b>49.008</b>	<b>(16.500)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>575.156</b>	<b>565.672</b>
Imposto de renda e contribuição social	21.c	(132.332)	(61.564)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>		<b>442.824</b>	<b>504.108</b>
<b>Operações descontinuadas</b>			
Resultado líquido de operações descontinuadas		(246)	184
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>442.578</b>	<b>504.292</b>
<b>Resultado por ação</b>		<b>0,31000</b>	<b>0,37780</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Em milhares de reais		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>442.578</b>	<b>504.292</b>

Outros resultados abrangentes  
Itens que serão reclassificados para o resultado  
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo (17) 1.006  
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes 6 (342)  
**Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social** (11) 664  
**Resultado abrangente do exercício** 442.567 504.956  
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos. **2.4.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa de juros efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Hedges de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro. **Hedges de fluxos de caixa:** Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas com créditos (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluído os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas, líquidos das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.8 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (impairment). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos

Demonstrações dos fluxos de caixa	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Em milhares de reais		
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo operações descontinuadas</b>	574.911	565.856
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	160.141	131.715
Perdas (impairment) de ativos	33.390	18.588
Resultado na venda de ativos permanentes	(557)	119
Equivalência patrimonial	246	(184)
Ganhos/Perdas cambiais	(21.493)	29.715
Despesas/receitas de juros e relacionadas, líquidas	(27.515)	(13.215)
Remuneração com base em ações	3.868	6.824
Provisões e outros	(136.906)	(305.162)
<b>Resultado ajustado</b>	<b>586.085</b>	<b>434.256</b>
Variáveis nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(156.227)	(57.103)
Estoques	(68.783)	246.206
Tributos a recuperar	(15.259)	(46.441)
Depósitos judiciais e outros	(147)	9.625
Demais contas a receber	1.548	4.228
Fornecedores	186.474	(12.441)
Cessão de créditos	(42.266)	65.252
Instrumentos financeiros derivativos	864	(4.572)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.386)	-
Tributos a recolher	32.415	3.224
Salários e encargos sociais	(6.660)	(1.072)
Contas a pagar	(3.585)	(6.207)
Juros da operação	(9.507)	(9.620)
Demais contas a pagar	(575)	(4.602)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>499.991</b>	<b>620.733</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Combinação de negócios (menos caixa líquido na aquisição)	(250)	-
Aumento de capital nas controladas/coligadas	(269)	(176)
Compra de ativo imobilizado	(499.072)	(394.202)
Compra de Intangíveis	(193.070)	(248.621)
Venda de ativos de natureza permanentes	149	11.855
Mútuos Ativos	(1.316)	(777)
Juros recebidos	27.988	14.161
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(665.840)</b>	<b>(617.760)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Em milhares de reais		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>442.578</b>	<b>504.292</b>

Outros resultados abrangentes  
Itens que serão reclassificados para o resultado  
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo (17) 1.006  
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes 6 (342)  
**Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social** (11) 664  
**Resultado abrangente do exercício** 442.567 504.956  
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos. **2.4.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa de juros efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Hedges de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro. **Hedges de fluxos de caixa:** Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas com créditos (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. **2.**

→ continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12 Cessão de crédito:** Alguns fornecedores e prestadores de serviços têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito". Entretanto, para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas, tão pouco custo financeiro adicional. **2.13 Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos corretores encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e demais tributos a recuperar: a. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.16 Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.18 Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeta e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Esses dividendos não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos tenham sido pagos. **2.20 Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado,

a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2). A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	2025					2024
	Entre dois anos	Entre dois e cinco anos	Entre cinco e dez anos	Acima de dez anos	Total geral	
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	494.178	-	-	-	-	494.178
Títulos a pagar	-	2.500	5.000	-	-	7.500
Cessão de crédito	397.714	-	-	-	-	397.714
Outros passivos	99.470	-	-	-	-	99.470
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida	991.362	2.500	5.000	-	-	998.862

  

	2024				
	Entre dois anos	Entre dois e cinco anos	Entre cinco e dez anos	Acima de dez anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	10
Fornecedores	334.479	-	-	-	334.479
Cessão de crédito	439.980	-	-	-	439.980
Outros passivos	118.410	5.484	12.532	10.430	146.856
Instrumentos financeiros derivativos	(1.392)	-	-	-	(1.392)
Exposição líquida	891.487	5.484	12.532	10.430	919.933

**f. Derivativos:** No ano de 2025 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger a Companhia contra oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou operações com instrumentos derivativos (em 31 de dezembro de 2024 contratou operações no valor de R\$ 7.630). Em 31 de dezembro de 2025 não havia resultado de operações ainda não liquidadas (em 31 de dezembro de 2024 esses resultados representavam perdas de R\$ 1.327). **g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos:** Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela B3. **h. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 4,14% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos financiamentos e aplicações financeiras projetados para o primeiro trimestre de 2026.

	Cenário		
	Provável	de 25%	de 50%
Aplicações financeiras	240 (14.671)	(29.342)	(29.342)
Títulos a Pagar IPCA	56	13	26
<b>Total do efeito perda (ganho)</b>	<b>296 (14.658)</b>	<b>(29.316)</b>	<b>(29.316)</b>

Premissas cenário provável: CDI previsto 14,83 % a.a.

**5. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser assim sumarizados:

	2025	2024
Total dos empréstimos, financiamentos (Nota 20)	-	10
Títulos a pagar	7.500	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(322.848)	(285.509)
Caixa e equivalente de caixa líquido	(315.348)	(285.499)
Total do patrimônio líquido	6.116.141	5.450.818
Patrimônio líquido ajustado	5.800.793	5.165.319
Índice de alavancagem financeira - %	N.A.	N.A.

**6. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 20 (b)). A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). A Companhia em 31 de dezembro de 2025 não apresentou ativos e passivos mensurados pelo valor justo. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2024.

	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.327)	(1.327)
Total do ativo	-	(1.327)	(1.327)
	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Total do passivo	-	-	-

**7. Contabilidade de cobertura (Hedge Accounting):** A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. De acordo com as características do *hedge*, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge*. A Companhia faz as avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de eficácia determinada pela administração. **Hedges de fluxos de caixa:** A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa para a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. Em 31 de dezembro de 2025 não apresentou efeitos contábeis decorrentes desta adoção. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Índice	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo		Ganho no resultado abrangente
				ativo/ passivo	passivo	
Fluxo de						
Contas a pagar	USD	Caixa	1.234	(1.234)	-	-
USD vs Fluxo de						
NDF	BRL	Caixa	1.234	1.327	(21)	(21)
USD vs Fluxo de						
NDF Compras	BRL	Caixa	-	-	-	-

O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro - Risco de Liquidez (Nota 4e). Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

**8. Instrumentos financeiros por categoria:**

Operação	2025		Total
	Custo amortizado	Designados por hedge de fluxo de caixa	
<b>Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial</b>			
Contas a receber de clientes (Nota 11)	856.370	-	856.370
Aplicações financeiras (Nota 10)	321.765	-	321.765
Caixa e bancos (Nota 10)	1.083	-	1.083
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Outros ativos (Nota 14)	8.314	-	8.314
	<u>1.259.620</u>	<u>-</u>	<u>1.259.620</u>
<b>2024</b>			
Operação	2025		Total
	Custo amortizado	Designados por hedge de fluxo de caixa	
<b>Passivo financeiro, conforme o balanço patrimonial</b>			
Empréstimos, financiamentos (Nota 20)	-	-	-
Fornecedores (Nota 18)	494.178	-	494.178
Cessão de créditos (Nota 19)	397.714	-	397.714
Outros passivos	99.470	-	99.470
Títulos a pagar	7.500	-	7.500
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
	<u>998.862</u>	<u>-</u>	<u>998.862</u>
<b>2024</b>			
Operação	2025		Total
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	
<b>Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial</b>			
Contas a receber de clientes (Nota 11)	700.143	-	700.143
Aplicações financeiras (Nota 10)	283.381	-	283.381
Caixa e bancos (Nota 10)	2.128	-	2.128
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.327	1.327
Outros ativos (Nota 14)	4.427	-	4.427
	<u>990.079</u>	<u>1.327</u>	<u>991.406</u>
<b>2024</b>			
Operação	2025		Total
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	
<b>Passivo financeiro, conforme o balanço patrimonial</b>			
Empréstimos, financiamentos (Nota 20)	10	-	10
Fornecedores (Nota 18)	334.479	-	334.479
Cessão de créditos (Nota 19)	439.980	-	439.980
Outros passivos	146.856	-	146.856
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
	<u>921.325</u>	<u>-</u>	<u>921.325</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. **9. Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

	2025	2024
<b>Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)</b>		
AAA	322.848	285.498
	<u>322.848</u>	<u>285.498</u>

O saldo residual do item "caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

	2025	2024
<b>Ativos financeiros derivativos</b>		
AAA	-	1.327
	<u>-</u>	<u>1.327</u>

(\*) Fonte: agências de risco Moody's, Standard & Poor's ou Fitch, em escala local, quando disponível, caso contrário em escala global. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

**10. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2025	2024
Caixa e bancos	1.083	2.128
Aplicações financeiras:		
CDBs	321.765	283.381
	<u>321.765</u>	<u>283.381</u>
	<u>322.848</u>	<u>285.509</u>

As aplicações financeiras têm rendimento entre 96,5% e 101% (em 31 de dezembro de 2024 entre 97% e 101%) da variação do CDI, com média ponderada de 100,2% (em 31 de dezembro de 2024 de 99,6%).

**11. Contas a receber:**

	2025	2024
Clientes no país	918	3.131
Clientes - partes relacionadas (Nota 28)	858.695	699.871
	<u>859.229</u>	<u>703.002</u>
Perda de crédito esperada	(2.859)	(2.859)
	<u>856.370</u>	<u>700.143</u>

Os valores justos das contas a receber de clientes aproximam-se dos valores contábeis acima por serem todos valores de realização no curto prazo. A constituição e a baixa da provisão para perda de crédito esperada foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém determinados títulos como garantia, conforme descrito na Nota 20 (a).

**12. Estoques:**

	2025	2024
Produto acabado e revenda	219.634	197.319
Produto semiacabado	179.896	111.892
Matéria-prima	744.981	797.446
Manutenção e suprimentos	180.849	175.279
Perdas esperadas	(122.369)	(153.525)
	<u>1.202.991</u>	<u>1.128.411</u>

A tabela abaixo apresenta a movimentação de perdas esperadas:

	2025	2024
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>		(107.225)
Adições do exercício		(71.161)
Baixas do exercício		24.861
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		(153.525)
Adições do exercício (a)		(77.484)
Baixas do exercício (b)		108.640
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		(122.369)

(a) Referem-se as perdas esperadas dos estoques por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia. (b) Compostas, substancialmente, pelas baixas e reversões dos produtos descartados pela Companhia.

continua →



\*- continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Cível	318	293
Trabalhista	25.036	20.959
Administrativas/outras	2.874	1.080
Responsabilidade de Ex - Proprietários	211.053	195.254
	239.281	217.586

**25. Capital social e reservas: a. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2025, totalmente integralizado é de R\$ 4.559.102 (em 31 de dezembro de 2024 - R\$ 4.494.701), representado por 1.427.649.825 (em 31 de dezembro de 2024 - 1.334.826.628) ações ordinárias. Em 30 de junho de 2025, foi aprovado o capital social em R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais), mediante a emissão de 125.450.206 (cento e vinte e cinco milhões, quatrocentas e cinquenta mil e duzentas e seis) novas ações, com o preço de emissão individual de R\$ 3,985645095, de modo que o capital social da Companhia passará de R\$ 4.559.101.694,71 (quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e nove milhões, cento e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos), dividido em 1.427.649.825 (Um bilhão, quatrocentos e vinte e sete milhões, seiscentas e quarenta e nove mil, oitocentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse valor foram integralizados R\$ 155.000 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais) em 2025. Em 04 de outubro de 2023, o capital social foi aumentado em R\$ 995.000 (novecentos e noventa e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 283.807.473 (duzentos e oitenta e três milhões, oitocentas e sete mil, quatrocentas e setenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse valor foram integralizados R\$ 155.000 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais) em 2025. Em 04 de outubro de 2023, o capital social foi aumentado em R\$ 995.000 (novecentos e noventa e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 283.807.473 (duzentos e oitenta e três milhões, oitocentas e sete mil, quatrocentas e setenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a preço de emissão de R\$ 3,505897822 cada ação, a serem futuramente emitidas ("Novas Ações"). Desse valor foram integralizados R\$ 735.986 em 2023, R\$ 194.613 em 2024 e o saldo restante será integralizado até 30 de junho de 2025.

**b. Reserva de capital: Opções de compra de ações:** Os planos de ações e opções têm como objetivos principais, atrair, reter e engajar os executivos da Companhia, garantindo que os talentos essenciais permaneçam motivados e comprometidos, além de alinhar os interesses dos executivos com os dos acionistas, promovendo uma visão compartilhada e objetivos comuns. **(i) Opção de compra de ações:** O plano de opção de compra de ações concede ao beneficiário o direito, sem a obrigação, de adquirir lotes de ações da Companhia a preços e prazos predefinidos. Para cada programa, é definida a quantidade de ações que podem ser outorgadas, levando em consideração o percentual de diluição de capital aprovada. As opções podem ser exercidas pelos beneficiários após o encerramento da carência, de acordo com o período definido e a data de vigência de cada programa. Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia utiliza o modelo Black & Scholes, utilizando a taxa Selic e a volatilidade histórica anual na data dos contratos firmados com os beneficiários. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano III em 10 de outubro de 2011, que contempla os Programas de Opção de Compra de Ações, aprovados em Reunião do Conselho de Administração nas seguintes datas: • Programa 2017: 11 de abril de 2017; • Programa 2023: 28 de dezembro de 2022. **(ii) Plano de concessão de ações em regime de Matching:** O plano de concessão de ações em regime de Matching oferece aos elegíveis a oportunidade de investir entre 50% e 100% do valor líquido do bônus ou do Programa de Participação nos Resultados (PPR) na aquisição de ações da Companhia, com uma contrapartida (match) em ações. Essa contrapartida é sujeita a um período de carência, durante o qual o beneficiário deve manter posse das ações adquiridas. O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que cumpridos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo o maior alinhamento e integração entre seus interesses e o da Companhia, além de fomentar o compartilhamento dos riscos inerentes ao mercado de capitais. Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o Plano de Concessão de Ações em Regime de Matching para os exercícios de 2018 e 2019 em 19 de abril de 2018 e aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o Plano de Concessão de Ações em Regime de Matching para os exercícios de 2020 e 2025 em 22 de abril de 2020. Os programas foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração nas seguintes datas:

	2025	2024
Vendas brutas de produtos e serviços	3.638.324	3.502.527
Devoluções	(7.185)	(4.006)
Impostos	(371.230)	(357.100)
Receita líquida	3.259.909	3.141.421

**27. Composição das contas de resultado: a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos:**

	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	(2.559.008)	(2.606.347)
Matéria-prima	(867.423)	(799.651)
Material de embalagem	(412.597)	(390.970)
Mão de obra	(558.305)	(529.358)
Despesas com depreciações e amortizações	(95.747)	(79.975)
Revenda	(457.577)	(470.963)
Perdas nos estoques	4.607	(62.069)
Variações dos estoques/outras	(171.965)	(273.361)
Despesas com vendas e marketing	(178.954)	(171.111)
Despesas com marketing	-	(224)
Visitação médica, promoções, brindes e amostras	-	(224)
Despesas com vendas	(178.954)	(170.887)
Força de vendas	-	(2.109)
Despesas com fretes e logística	(18.691)	(18.629)
Pesquisa e Desenvolvimento	(106.983)	(111.271)
Despesas com depreciações e amortizações	(49.877)	(35.563)
Demais despesas	(3.403)	(3.315)
Despesas administrativas e gerais	(103.047)	(95.980)
Salários e encargos sociais	(62.386)	(58.721)
Advogados, assessores e auditoria	(12.295)	(8.701)
Despesas com depreciações e amortizações	(26.949)	(26.003)
Demais despesas	(1.417)	(2.555)

**b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas:**

	2025	2024
Ganhos eventuais (*)	106.305	312.074
Receitas de alugueis	(215)	2.768
Contingências cíveis e trabalhistas	1.158	(653)
	107.248	314.189

(\*) substancialmente referem-se às subvenções governamentais de anos anteriores.

**c. Receitas financeiras:**

	2025	2024
Juros ativos	1.020	2.220
Rendimentos de aplicações financeiras	36.344	18.761
Receita de Hedge e variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes	21.493	-
	58.857	20.981

**d. Despesas financeiras:**

	2025	2024
Juros sobre financiamentos e empréstimos	-	(4)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(619)	(9)
Atualizações monetárias de contingências	(506)	(390)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(35)	(15)
Custo de Hedge e variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes	-	(29.715)
Outros	(4.662)	(2.834)
Reversão de ajuste a valor presente	(4.027)	(4.514)
	(9.849)	(37.481)

**Plano de Concessão de Ações em Regime de Matching**

Programas	2018 e 2019	21 de fevereiro de 2019
Programas 2020 e 2025	23 de março de 2021	

**(iii) Plano de Outorga de Ações Restritas:** Concessão futura de ações para os eleitos, conforme as regras do programa e cumprimento de um período de carência estabelecido. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Outorga de Ações Restritas em 14 de abril de 2016, cujos aditamentos foram aprovados em 19 de abril de 2018 e 24 de abril de 2019. Os programas foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração nas seguintes datas:

Programa	2019-B	26 de abril de 2019
Programa 2020	24 de julho de 2020	
Programa 2021	26 de fevereiro 2021	
Programa 2022	31 de janeiro 2022	
Programa 2023	28 de dezembro 2022	

**Plano de Outorga de Ações Restritas**

**Juliane Dias Piotto Juabre**  
Diretora

**Rafael Vito Batista**  
Diretor

**Adilson Benjamim de Lima**  
CRC 1SP 221851/O-4

Aos Administradores e Acionistas - Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela

elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de

uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria

obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada e da coligada como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Goiânia, 22 de abril de 2026

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2GO001774/F-2  
Marcos Magnusson de Carvalho  
Contador CRC 1SP215373/O-9

## DIREITOS HUMANOS

# Lavagem da Escadaria do Bixiga reafirma presença negra no centro de SP

**Elaine Patricia Agência Brasil**  
Um cortejo formado majoritariamente por mulheres negras e liderado pelo bloco afro Ilú Obá de Min percorreu as ruas do Bixiga na noite de hoje

(13), espalhando água de cheiro e fazendo ecoar o som de seus tambores e de suas vozes. O ato político, cultural e simbólico ocorre desde 2006 na Rua 13 de Maio e na Escadaria do Bixiga, no centro da capital paulista,

e é um manifesto contra o que chamam de falsa liberdade e falsa abolição. A manifestação é realizada sempre no dia em que se celebra a Abolição da Escravatura, instituída pela Lei Áurea em 1888 e assinada pela Princesa

Isabel. Segundo Beth Beli, presidenta, diretora artística e regente do bloco, a lavagem do Bixiga pretende "iluminar nossas narrativas e recontar a história". "Esse ato tem a ver com iluminar as nossas histó-

ria e iluminar as mulheres negras", afirmou à Agência Brasil, lembrando que o uso de tambores é importante para lembrar que é um instrumento milenar bastante utilizado para a comunicação e que amplifica a voz dessas mulheres.

## BRAINFARMA DIGITAL pdf

Código do documento 81d9ac1a-b5ab-475c-a5dd-235cfbff8b26



## Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos  
diariodamanha@dm.com.br  
Assinou

*Júlio Nasser Custódio dos Santos*

## Eventos do documento

### 14 May 2026, 09:25:29

Documento 81d9ac1a-b5ab-475c-a5dd-235cfbff8b26 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-05-14T09:25:29-03:00

### 14 May 2026, 09:26:07

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-05-14T09:26:07-03:00

### 14 May 2026, 09:26:45

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 177.223.36.89 (177-223-36-89.linqtelecom.com.br porta: 2592) - **Geolocalização: -16.7013 -49.0914** - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE\_ATOM: 2026-05-14T09:26:45-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):0b5847da13c7f4eff94bad86e84b283d859ad5368ac767d613024dfd264eeb0a

(SHA512):fc15c57463073a40138a571e5ac3298f7e15d2c5761ffadfe0568050b2aade76ea5cc7092e239d4f70c61e346a64a5130b958f237a60b23e4bf438300c116888

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.